



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

Interpelação Escrita

A proibição de importação de motoristas tem sido a política adoptada pelo Governo da RAEM, mas na realidade, devido aos abusos no requerimento da carta de condução especial, é grande o número de motoristas não residentes.

Em 1984, devido às crescentes necessidades ao nível do transporte de passageiros e mercadorias entre o Interior da China e Macau, e ao facto de a República Popular da China não ser membro da Convenção Internacional de 1947 sobre o Trânsito Rodoviário, o Governador de Macau da altura, Vasco de Almeida e Costa, acabou por assinar o Decreto-Lei n.º 67/84/M, com vista a resolver a referida questão do transporte transfronteiriço. Por conseguinte, foram emitidas cartas de condução especiais aos motoristas contratados por empresas comerciais com capital chinês para o transporte quer de mercadorias quer de passageiros, para facilitar a prestação daqueles serviços a partir do Interior da China para um determinado destinatário em Macau. Portanto, o requerimento da carta de condução especial deveria limitar-se às empresas comerciais com capital chinês.

Como é evidente, o Decreto-lei mencionado diz apenas respeito a um número reduzido de empresas comerciais com capital chinês que exercem, directamente, actividades comerciais em Macau, por exemplo, o transporte de mercadorias assegurado pelas sociedades comerciais Nam Kuong e Nam Yue, e o transporte de passageiros assegurado pela Companhia Kee Kwan e



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Agência de Viagens e de Turismo China (Macau), S.A.. Claramente, os veículos destas empresas, com matrículas de Macau e da China, circulam, de facto, entre determinadas cidades chinesas, por exemplo, Guangzhou, Zhongshan, etc, e Macau, com a finalidade de transportar passageiros ou mercadorias, não se limitam à mera circulação na fronteira de Macau.

Mas hoje, já alguns motoristas dos *shuttle buses* das empresas do jogo possuem carta de condução especial. É difícil imaginar qual será a relação entre aqueles *shuttles buses* e as empresas comerciais com capital chinês! Não é possível que estes transportem passageiros entre cidades chinesas como Guangzhou, Shongshan, Zhuhai, etc., e Macau. Logo, os motoristas dos *shuttles buses* das empresas do jogo não deveriam preencher, de todo, os requisitos para lhes ser emitida qualquer carta de condução especial.

A emissão de carta de condução especial tem por objectivo garantir o transporte transfronteiriço. É possível que o abuso na sua utilização se deva à existência de um lote de terreno adjacente às Portas do Cerco, da jurisdição de Zhuhai, que devido à sua localização especial, não é devidamente gerido pelo Governo de Zhuhai. Logo, tirando vantagem desta situação para justificação da prestação de serviços de transporte transfronteiriço, um grande número de *shuttle buses* das empresas do jogo pára ali para a entrada de passageiros, e entra logo a seguir na fronteira de Macau, depois de atravessar a linha fronteira chinesa.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. A carta de condução especial deveria ser emitida às empresas comerciais com capital chinês cujos negócios envolvem o transporte transfronteiriço



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

de passageiros ou mercadorias. Ora, nenhuma das existentes 6 concessionárias do jogo faz parte de empresas comerciais com capital chinês, e os motoristas portadores de carta de condução especial, cujo requerimento está limitado às empresas comerciais com capital chinês, não deveriam poder desempenhar as funções de motorista de *shuttle buses* das empresas do jogo. Actualmente, a carta de condução especial continua a ser emitida apenas às empresas comerciais com capital chinês cujos negócios envolvem o transporte transfronteiriço de passageiros ou mercadorias. É ou não é assim? Quantas são essas empresas? Quantas cartas de condução especial foram emitidas a cada dessas empresas?

2. O Governo Central tem sublinhado que as empresas comerciais com capital chinês não podem fazer negócios ligados ao sector do jogo, e que a mão-de-obra importada da China não pode assumir cargos relacionados com os casinos. Se a carta de condução especial é apenas emitida às empresas comerciais com capital chinês cujos negócios envolvem o transporte transfronteiriço de passageiros ou mercadorias, isto significa que estas toleram que os seus motoristas, portadores de carta de condução especial, desempenhem funções de motorista de *shuttle buses* das empresas do jogo, o que, evidentemente, contraria a política definida pelo Governo Central. O Governo da RAEM já comunicou esta irregularidade ao Governo Central?
3. Tanto Macau como Zhuhai são pequenas e em ambas é elevada a densidade populacional. Entre estas duas cidades existe um terreno que não faz parte da jurisdição de Macau e que não é devidamente gerido por



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Zhuhai, portanto, uma zona de terra de ninguém onde são praticadas diversas irregularidades. Esta situação merece, de facto, atenção. O Governo deve considerar propor ao Governo Central a integração deste terreno na jurisdição de Macau, com vista a acabar com a tolerância às irregularidades. O Governo vai fazê-lo?

29 de Maio de 2015.

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Au Kam San**